SOCIEDADE LIMITADA: AS EXCEÇÕES QUANTO A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Joice Monteiro Lira Tiyoda, Lilian Aparecida Guiotoku, Pedro Teófilo de Sá

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Ciências Contábeis, Presidente Prudente – SP. E-mail: joice_monteiro_lira@hotmail.com

RESUMO

A Sociedade Limitada é o tipo societário mais utilizado em nosso país, haja vista que o patrimônio particular dos sócios não é afetado pelas dívidas sociais, posto que sociedade e sócios são pessoas que não se confundem, devido ao princípio da separação patrimonial. Neste sentido, o objetivo deste artigo é estudar a separação patrimonial da sociedade limitada, com a finalidade de analisar quando a responsabilidade dos sócios poderá deixar de ser limitada. Sendo assim, os sócios com poderes de gestão devem evitar cometer erros na administração da sociedade e nas deliberações contrárias ao contrato social, pois essas são as causas que tornam a sua responsabilidade ilimitada, alcançando os patrimônios pessoais para responder pelas obrigações sociais da empresa. Diante disso, o estudo buscou informar aos empresários e quem os orienta em quais circunstâncias a responsabilidade limitada pode ser desconsiderada, se tornando ilimitada, alcançando o patrimônio particular dos sócios.

Palavras-chave: Sociedade Limitada. Responsabilidade Patrimonial. Separação Patrimonial. Sócios. Exceções.

LIMITED COMPANY: THE EXCEPTIONS FOR THE LIABILITY OF PARTNERS

ABSTRACT

A Private Limited Company is the corporate type most used in our country, given that the private equity partners is not affected by the company's debts, since society partners and people who are not confused, due to the principle of equity separation. In this sense, the purpose of this article is to study the separation of equity limited partnership, in order to analyze whether the liability of shareholders need not be limited. Thus, partners with management powers should avoid making mistakes in the administration of society and decisions contrary to the social contract, because these are the causes that make your unlimited liability, reaching personal assets to meet the social obligations of the company. Thus, the study sought to inform entrepreneurs and who guides the circumstances in which the limited liability can be disregarded, becoming unlimited, reaching the private equity partners.

Keywords: Limited Company. Asset liability. Separation Sheet. Partners. Exceptions.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO

Dentre as sociedades empresariais brasileiras, as limitadas são comumente utilizadas para a exploração da atividade comercial, contribuindo, direta ou indiretamente para a produção e circulação de riquezas no país.

A sociedade limitada, com exceção à Eireli, é formada por pluralidade de pessoas que se reúnem com a finalidade de praticar o comércio, exercendo os elementos da empresa conforme determina o artigo 966 do Código Civil, profissionalismo, uma atividade econômica organizada na produção ou circulação de bens ou serviços.

Formada a sociedade com personalidade jurídica, esta não se confunde com os sócios, fato que dá ensejo à separação patrimonial entre os sócios e a sociedade. Há então uma limitação das responsabilidades que alcança, distintamente, a sociedade e os sócios. Daí se poder afirmar que a regra da responsabilidade dos sócios não é absoluta e comporta exceções, já que os sócios podem ser responsabilizados, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações sociais de forma solidária e subsidiária.

Por este motivo, o presente estudo tem o objetivo de estudar a separação patrimonial da sociedade limitada, com a finalidade de analisar quando a responsabilidade do sócio poderá deixar de ser limitada.

METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, e tem como instrumento de coleta de dados para a sua realização, a pesquisa bibliográfica, que foi realizada através de livros, artigos científicos, revistas especializadas e sites jurídicos.

RESULTADOS

As evidências demonstram que a sociedade limitada ocupa posição de destaque no meio empresarial brasileiro, já que os sócios se reúnem com a pretensão de praticar os atos de empresa, após o registro na junta comercial, fato que caracteriza e assegura a separação patrimonial entre o patrimônio da sociedade e dos sócios.

No entanto, a regra geral da responsabilidade da sociedade pelas obrigações por ela contraídas comporta exceção, autorizando que o patrimônio pessoal dos sócios, seja alcançado pelas dívidas sociais. Desta forma, os sócios com poderes de gerência e administração, constantes no contrato social, poderão ser responsabilizados pelas obrigações sociais quando houver abuso à lei ou ao contrato social.

DISCUSSÃO

Na sociedade limitada, o capital social é fracionado em cotas, e entende-se como aquela formada com duas ou mais pessoas que possuem a responsabilidade limitada pelo valor das cotas subscritas por cada um, por isso é denominada sociedade contratual, classificada como uma sociedade de pessoas e é disciplinada pelo Código Civil.

De acordo com Bertoldi e Ribeiro (2011, p. 186), este tipo societário surgiu na Alemanha em 1892, e serviu de estímulo para que outros países empregassem este novo modelo de sociedade, pois os sócios não respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais, conforme acontecia em outros tipos de sociedades existentes.

Esta característica atende aos interesses de pequenos e médios empreendedores, por isso a sociedade limitada representa a maioria das sociedades constituídas no Brasil.

Como é sabido, a sociedade limitada é formada por pluralidade de pessoas, no que difere da Eireli, pois, enquanto naquela há pluralidade de sócios, nesta tem-se apenas um único empreendedor, mas nos dois casos encontra-se a finalidade de praticar o comércio, exercendo os atos da empresa, conforme determinação do artigo 966 do Código Civil.

A constituição da sociedade limitada deverá se dar mediante contrato escrito, que é resultado da materialização da vontade comum dos sócios. Posteriormente, deve ser levado para registro na Junta Comercial, que irá reconhecer e declarar o nascimento da pessoa jurídica, sociedade personificada, com vida e patrimônio distintos dos sócios.

Segundo Negrão (2012), a pessoa jurídica é uma ficção da lei, a criação de um ente inanimado que possui capacidade legal para existir e se desenvolver no mundo jurídico. Neste sentido, a pessoa jurídica não se confunde com os sócios, pessoas físicas, que a compõem. Devido à separação patrimonial, a pessoa jurídica terá patrimônio próprio, participará de ações judiciais e nas relações negociais, além de responder pelos direitos e obrigações.

A sociedade limitada possui como principal característica a responsabilidade limitada dos sócios na formação do capital social, por este motivo, Gonçalves e Gonçalves (2010) afirma que este tipo societário é o mais utilizado no país.

A regra da limitação da responsabilidade dos sócios na sociedade limitada não é absoluta, comporta exceções. De acordo com Junior (2012), em determinados casos os sócios podem ser responsabilizados pelas obrigações da sociedade de forma ilimitada, subsidiária e solidária, com o seu patrimônio particular. É preciso destacar que, decorre do princípio da separação patrimonial a possibilidade de poder-se aferir a responsabilidade da sociedade e dos sócios.

A pessoa jurídica é um ente incorpóreo, e seu nascimento se dá através da união de pessoas físicas ou jurídicas que possuem vontade em comum, destacando que ambas podem ser sujeitos de direitos, porém, elas não se misturam devido ao princípio da separação patrimonial.

Como afirma Doria (1998, p. 166), as pessoas jurídicas tem patrimônio próprio, e não se confunde com os de seus sócios, além de exercerem direitos e deveres em nome próprio, não prejudicando aqueles que a constituem e tem autonomia, ou seja, tem capacidade para defender seus interesses.

Este efeito só é possível após o registro da empresa, no órgão competente de Registro do Comércio, que concede a personalidade jurídica, além da capacidade judicial e negocial à sociedade. Neste sentido, a personalização da sociedade influencia na sociedade limitada, no âmbito da responsabilidade dos sócios (OLIVEIRA, 2001, p. 168).

À vista disso, os sócios não respondem pelas dívidas sociais. A princípio, apenas os bens sociais serão executados para saldar os débitos da sociedade, isto é, a responsabilidade patrimonial recai sob ela, que será responsável pelas obrigações adquiridas em seu nome.

A celebração do contrato social corporaliza a constituição da sociedade limitada e os sócios, pessoas físicas ou jurídicas, exprimem o desejo, de juntas, exercerem a empresa, assumindo o compromisso com a sociedade e uns perante os outros. Dentre esses compromissos destaca-se o de integralizar a sua participação no capital social, entregando recursos oriundos de seu patrimônio pessoal à sociedade, para que ela possa iniciar suas atividades.

Coelho (2012, p. 431-2) esclarece que, o contrato social estabelece o vínculo entre a sociedade e os sócios, gerando para estes a obrigação de transferir parte de seu patrimônio, sendo dinheiro, bens ou créditos para quitar a obrigação da integralização das cotas do capital social subscritas.

Ao entregar à sociedade a quantia referente às cotas a que se comprometeu para a integralização do capital, o sócio cumpre a sua obrigação com a sociedade e concretiza a relação negocial entre eles. Além disso, a integralização das cotas, por parte dos sócios, lhes confere direitos e obrigações, dentre eles o direito a participar dos ganhos ou perdas gerados pela sociedade.

Uma vez constituída e registrada a sociedade, esta será personificada e seus sócios têm direitos e deveres distintos, a exemplo da responsabilidade patrimonial, em que a sociedade responde por suas obrigações até o limite de seu capital social, enquanto a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas cotas subscritas. Conforme assegura Martins (2011, p. 146), os

sócios tem a obrigação de responder apenas pela importância que se comprometeram a integralizar na formação do capital social.

Estando o capital social totalmente integralizado, os sócios estão livres da responsabilização das obrigações contraídas pela sociedade, já que esta responderá com o seu patrimônio pelas dívidas sociais. Restando débitos a serem pagos, os credores deverão suportar o prejuízo, pois o patrimônio particular dos sócios não poderá ser alcançado pelas dívidas sociais, devido à separação patrimonial.

Mas caso um dos sócios deixe de cumprir com a sua obrigação, não integralizando as cotas que adquiridas, os demais assumem responsabilidade solidária, enquanto o capital social não for totalmente integralizado. Desta forma, todos os sócios ficarão responsáveis de forma subsidiária pelas obrigações dos sócios remissos nas obrigações sociais. (GOMES, 2007, p. 136)

O Código Civil traz esta regra no “Artigo 1.052. Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.” (COELHO, 2012, p. 437)

Segundo Doria (1998, p. 202-03), se algum sócio deixar de cumprir sua obrigação, os demais poderão cobrá-lo através de uma notificação dentro do prazo estipulado, mas caso não haja o pagamento poderão expulsá-lo, dividir as quotas do mesmo entre eles, ou transferi-las.

Decorrente da responsabilidade social da integralização, o seu descumprimento poderá gerar inúmeras consequências, donde a mais grave é a expulsão do sócio descumpridor do pagamento da obrigação social mais importante.

Isto acontecerá pois, os sócios que foram compelidos a responder pelo que falta para a total integralização do capital social têm o direito de exigir do sócio remisso a quantia referente ao valor das cotas que ele não integralizou, concedendo-lhe prazo para evitar o mal maior, a expulsão do quadro social, caso em que deverão proceder à alteração do contrato social.

Em regra, a responsabilidade pelas dívidas da sociedade é da pessoa jurídica e nunca dos sócios, já que estes têm as suas responsabilidades restritas ao valor de suas quotas, de modo que não terão seus patrimônios particulares atingidos pelas obrigações contraídas pela sociedade.

Todavia, a regra da responsabilidade comporta exceção, permitindo que os sócios possam ser alcançados pela responsabilidade ilimitada, a exemplo da situação em que um sócio pratica algum ato ilegal ou abusivo na sociedade. Nesse caso, a personalidade jurídica é desconsiderada, e a limitação da responsabilidade dos sócios é extinta, ocasião em que eles terão seu patrimônio alcançado pelas obrigações sociais.

Como assevera Coelho (2012, p. 441), a autonomia patrimonial da pessoa jurídica não pode ser utilizada pelos sócios como meio para a prática de irregularidades e fraudes. O artigo 1.080 do Código Civil, nesse, caso estabelece que haja a desconsideração da pessoa jurídica, afastando a autonomia patrimonial da sociedade, para que seja possível responsabilizar os sócios, pessoal, direta e ilimitadamente pelas irregularidades realizadas em nome da pessoa jurídica.

Coradin (2008, p. 61) compartilha da mesma opinião, esclarecendo que a desconsideração da personalidade jurídica visa proteger os interesses da sociedade e de seus credores, evitando assim que os responsáveis pela sociedade abusem do poder a eles concedidos.

No mesmo sentido Souza (2006, p. 74) afirma que, a aplicação da desconsideração da pessoa jurídica ocorrerá nos casos em que houver créditos a favor da previdência social, obrigações tributárias, deliberações infringentes ao contrato social, à lei, obrigações trabalhistas sem base legal e atos praticados pelo administrador antes do registro.

Quanto às deliberações contrárias à lei ou ao contrato social, só serão responsabilizados aqueles sócios com poder de comando que praticarem atos deliberativos que afetem a sociedade, ou aqueles que, em deliberação em assembleia ou reunião de sócios tenha voto a favor da irregularidade. De outra parte, os sócios que votarem contra deliberação que fira a lei ou o contrato social, estes não terão seus patrimônios particulares atingidos.

Outro aspecto de grande importância diz respeito ao sócio que ocupa cargo de gerência e administração estabelecida pelo contrato social, caso pratique atos contrários à lei ou ao contrato social, também será alcançado pela responsabilidade pessoal.

Assim sendo, quando o sócio com poder de gestão, praticar atos fraudulentos, ou com abuso de poder, que provoque danos a terceiros, caso o patrimônio social não seja suficiente para o pagamento das dívidas, o seu patrimônio pessoal será afetado.

Nota-se, nesse diapasão a exceção à responsabilidade social, pois o sócio com poderes de comando será responsabilizado, pessoal e ilimitadamente pelas obrigações contraídas pela sociedade. É o típico caso de desconsideração da personalidade jurídica, para alcançar o patrimônio pessoal do sócio, autor dos atos ensejadores da responsabilização, principalmente pelas dívidas trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo se propôs estudar a separação patrimonial da sociedade limitada, analisando em quais circunstâncias os sócios deixam de ter responsabilidade limitada, a fim de

informar aos empresários e seus orientadores acerca da responsabilização pessoal dos sócios pelas dívidas sociais na sociedade limitada.

Observou-se que os sócios tem uma única responsabilidade com a sociedade, a de integralizar o valor do capital social prometido. Quando não há integralização por algum sócio, os demais respondem ilimitadamente pelas obrigações contraídas em seu nome no exercício, trata-se de responsabilidade pela formação do capital social.

Entretanto, no caso dos sócios praticarem atos abusivos à lei ou ao contrato social, em relação a dívidas com a previdência social, obrigações tributárias, conforme determina o artigo 134 do Código Tributário Nacional, além das obrigações trabalhistas sem base legal, deliberações que infrinjam o contrato social e a lei, e atos praticados pelo administrador antes do registro. Configuram casos que justificam a aplicabilidade das exceções à responsabilidade limitada da sociedade, permitindo-se que a personalidade jurídica seja desconsiderada e o patrimônio do sócio com poder de comando possa ser alcançado.

Nesses casos a responsabilidade dos sócios passa a ser ilimitada, e aqueles com poder de gestão ou que concordaram com deliberações infringentes ao contrato social, terão seu patrimônio pessoal alcançado pelas obrigações da sociedade limitada.

Portanto, pode-se concluir que este é o tipo societário mais utilizado em nosso país, por possibilitar que o patrimônio dos sócios não seja atingido pelas obrigações contraídas por este tipo societário. Porém, os sócios devem evitar praticar irregularidades na administração da sociedade e atos que infrinjam o contrato social, para que não ocorra a desconsideração da personalidade jurídica e, conseqüentemente, a extensão da responsabilidade pessoal pelas dívidas sociais. Isto porque a desconsideração é um meio da lei coibir o mau uso da pessoa jurídica, no sentido de preservar a sociedade e seus interesses.

REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Marcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. Vol. 2. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORADIN, R. B. **A Responsabilidade dos Sócios de Sociedade Limitada por Dívidas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias**. 1.ed. Itajaí: UNIVALI, 2008. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Raphael%20Brancaleone%20Coradin.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2014.

DORIA, D. **Curso de Direito Comercial**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Comercial**: de acordo com a nova lei de falência e recuperação de empresas. 2.ed. São Paulo: Manole, 2007.

GONÇALVES, M. G. V. P. R.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito Comercial**: direito de empresa e sociedades empresárias. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

JUNIOR, W. F. **Manual de Direito Comercial**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, F. **Curso de Direito Comercial**: empresa comercial; empresários individuais; microempresas; sociedades empresárias; fundo de comércio. 34.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de empresa**: teoria geral da empresa e direito societário. Vol. 1. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, R. C. de. **A Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Responsabilidade Direta dos Sócios da Sociedade Limitada**. UNOPAR Cient. Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, v.2, n.1, p. 167-178, mar. 2001. < <http://revistas.unopar.br/index.php/juridicas/article/viewFile/861/799>> Acesso em: 17 jun. 2014.

SOUZA, S. B. **Responsabilidade dos sócios na sociedade limitada**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.